



XI Encontro de
Pós-Graduação
e Pesquisa
ConsCiência e Paz
Universidade Estadual Vale do Acaraú



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior

TERRITÓRIO E CONSERVAÇÃO: DESAFIOS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Benedito Francisco Moreira Lourenço¹; Isorlanda Caracristi²

¹ Mestrando em geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) benelourenco@yahoo.com.br

² Orientadora. Prof^a Dr^a dos Cursos de Graduação e Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral- CE icaracristi@hotmail.com

Resumo:

O presente artigo objetiva refletir sobre a importância da conservação, as contradições da política na relação com a territorialização/desterritorialização do espaço protegido, a relação com a população. Analisaremos com a população do entorno, chamada anteriormente de zona de amortecimento os conflitos e aspectos da conservação ambiental e adversidades socioeconômicas e culturais no entorno do Parque Nacional de Ubajara (CE). Busca-se compreensão importância da unidade de conservação, as dificuldades e ameaças, resistência e a vulnerabilidade da conservação.

Palavras-Chave: Território; Conservação; Parque Nacional de Ubajara (CE)

INTRODUÇÃO

A Caatinga é a vegetação predominante do semiárido brasileiro, abrange 844.453 km², representa 9,9% do território brasileiro, 55,5% da superfície do Nordeste, representada nos 09 Estados do Nordeste e o Norte de Minas Gerais (Maciel, 2010). A caatinga detém uma riqueza significativa em biodiversidade, com a presença de endemismo e 148 espécies de mamíferos, 348 de aves, 154 de répteis e anfíbios. Historicamente a caatinga sofre os impactos do processo de uso e ocupação com exploração dos recursos naturais de forma predatória.

Diante do cenário que se apresenta a caatinga, a política de conservação se apresenta como uma estratégia importante para minimizar a degradação, estabelecendo o território protegido visando a conservação da diversidade biológica. O presente artigo faz uma reflexão da importância da conservação, as contradições da política na relação com a territorialização/desterritorialização do espaço protegido e relação com a população.

A Política Nacional de Meio Ambiente (PNUMA), criada pela Lei 6.938/81, fundamentada no modelo tecnocrático tem apresentado insuficiência quanto à gestão, análise e contestação da ideologia economicista que se efetiva como a concepção de desenvolvimento hegemônico, tanto nos países ricos quanto pobres (VIVACQUA & VIEIRA, 2005).

Os autores Barbosa e Santos (2008) apud Diegues e Arruda (2001) criticam o modelo americano de áreas protegidas de uso indireto baseado no modelo americano, a partir da instalação do Parque Nacional Yellowstonen, construído no século XIX. A concepção de unidade de conservação do Brasil se baseia na visão americana, científica conservacionista/preservacionista,



XI Encontro de
Pós-Graduação
e Pesquisa
ConsCiência e Paz
Universidade Estadual Vale do Acaraú



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior

que não admite a presença de moradores em áreas protegidas, mesmo sendo comunidades tradicionais.

O Brasil herda uma visão conservacionista internacional que atribui maior importância aos remanescentes florestais e aos animais em detrimento aos direitos de uso coletivo de pessoas, grupos, comunidades e populações tradicionais que moram ou ocupam os limites territoriais das unidades de conservação (UC's) (Diegues, 1996).

Nesse contexto surge o Parque Nacional (Parna) de Ubajara (CE) criado pelo decreto *Nº 45.954 de 30/04/1959*, o governo Juscelino Kubitschek. Tendo sua regulamentação ocorrida vinte anos depois no governo militar de João Baptista Figueiredo mediante o Decreto Nº 84. 017, de 21 de setembro de 1979, com plano de manejo publicado em 1981 na gestão do extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento florestal (IBDF). Na sequência criou-se em 1989, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), órgão executor da Política Nacional de Meio Ambiente, responsável pela as Unidades de Conservação Federais com a missão atribuída até a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) criado pela lei 11. 516 de 28/08/2007.

Contudo, a fragilidade nas negociações com a população, não tem superado contradições decorrentes de processos da criação das UC's, potencializando assim os conflitos socioambientais.

Nesse contexto analisa-se o Parque Nacional de Ubajara, as territorialidades e a desterritorialidade (Haesbaert, 2005) da população do entorno, chamada anteriormente de zona de amortecimento, com vista a uma investigação dos conflitos e aspectos da conservação ambiental e adversidades socioeconômicas e culturais no entorno da mencionada unidade de conservação.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos da pesquisa envolvem levantamento bibliográfico, discussão dos conceitos geográficos de natureza, recursos naturais, território, gestão e conflitos ambientais, análise de acervo cartográfico e revisão dos seguintes documentos e relatórios técnicos: plano de manejo do Parque Nacional de Ubajara: encartes 1, 2, 3 e 4; documentos institucionais, como leis, decretos; teses e artigos científicos; mapas/cartas temáticas; fotografias horizontais e aéreas; e imagens de satélite. No trabalho de campo, incluem-se reuniões com lideranças e representantes de instituições, entrevistas semiestruturadas com moradores, agentes de saúde, professores e agricultores a aplicação de 25 questionários que indagam sobre a visão e compreensão



XI Encontro de
Pós-Graduação
e Pesquisa
Consciência e Paz
Universidade Estadual Vale do Acaraú



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior

dos moradores sobre a importância do Parna Ubajara, as dificuldades e ameaças, resistência e a vulnerabilidade da conservação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO OU PROBLEMATIZAÇÃO

Localização, zona de Amortecimento

O Parque Nacional de Ubajara localiza-se na porção Noroeste do Estado do Ceará, integra o alto curso da região hidrográfica do Coreaú, integrando parte dos municípios de Frecheirinha, Tianguá e Ubajara, distando 300 km da capital do Estado, Fortaleza. A área de estudo é a localidade de Caiçara, município de Ibiapina, zona de amortecimento na latitude 3° e 46' e longitude 40° e 54', inserida na depressão sertaneja periférica ocidental.

Conflitos e percalços do Parna Ubajara

No processo de criação de uma unidade de conservação são necessários estudos técnico-científicos, entretanto, as comunidades não participam da definição e efeitos das restrições dos recursos naturais nas áreas que serão protegidos. A União Internacional de Conservação da Natureza (International Union for Conservation of Nature- UICN) recomenda que haja participação da população local, inclusive na definição da categoria mais adequada a ser protegida.

Para Diegues apud Ghimire (1993) o importante não é apenas a indenização pela perda de acesso livre aos recursos naturais, mas, estabelecer recompensa por ações que tenha relação com a conservação da natureza, quando ocorrem serviços ambientais desenvolvidos pelas populações. O autor chama atenção para necessidade da equidade social, respeito aos direitos humanos e a cidadania, pois as populações locais sem poder político, título de propriedade não aceitam as unidades de conservação ocorrendo assim, a expulsão e desorganização de seus modos de vida.

O atual modelo de produção é mantido com resistência da sociedade à superação de problemas ambientais, com poluição e depredação dos recursos naturais. Nas áreas rurais, as pesquisas tem sido insuficientes para reconhecer os níveis e efeitos da contaminação por agrotóxicos (pesticidas), fertilizantes químicos que penetram no solo e contaminam as águas subterrâneas com efeitos danosos e dramáticos sobre a saúde humana, vegetal e animal.

Araújo & Arruda (2011) entende o desenvolvimento sustentável como sendo à base dos princípios da colaboração do povo, pela troca dos conhecimentos tradicional e científico e uso de tecnologias que estabeleçam relações equitativa, justa e equilibrada e, sobretudo de conservação e proteção ambiental e de promoção da consciência ecológica.



XI Encontro de
Pós-Graduação
e Pesquisa
ConsCiência e Paz
Universidade Estadual Vale do Acaraú



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior

O autor concebe a educação ambiental e a conscientização como peças impulsoras do desenvolvimento sustentável no que se refere ao manejo da caatinga. A questão da sustentabilidade deve envolver todos os atores: sociedade civil, Estado e empresas. O fomento a tecnologias que dialoguem com as limitações ambientais e que sejam complementadas com assistência técnica e extensão rural, orientando quanto à conservação do solo, ao uso sustentável dos recursos florestais da caatinga e à adoção dos princípios agroecológico pautados na educação ambiental, conforme demonstra a figura (1) representada nas imagens das barragens de pedras. As obras foram construídas na perspectiva de difusão de conhecimento na localidade de Roça Velha –Frecheirinha (CE) com famílias do entorno do Parque Nacional de Ubajara.

Figura 1



Foto: Lourenco, B.F. M. Nov/2015. Arquivo- Fundação CIS.

A técnica de conservação é fundamentada na experiência concreta vivenciada há vários anos pelo programa hidroambiental do governo do Ceará, na bacia hidrográfica do rio Cangati-Canindé.

Efeitos mitigadores

Fortalecendo a relação de parceria entre o Parque Nacional de Ubajara e a população do entorno, no período de março de 2013 a junho de 2016 a Fundação CIS mobilizou recursos financeiros com o Fundo de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente para o desenvolvimento das ações do Projeto Sertão Vivo Saber e Trabalho na Caatinga na área de amortecimento da referida Unidade de Conservação para 45 famílias selecionadas.

O referido Projeto desenvolveu ações, com atividades educativas, econômicas sustentáveis e ecologicamente apropriadas como plano de manejo florestal comunitário, as técnicas de conservação hidroambiental, reflorestamento de mata ciliar dos riachos afluentes notáveis que integra o Rio Coreáú.



XI Encontro de
Pós-Graduação
e Pesquisa
ConsCiência e Paz
Universidade Estadual Vale do Acaraú



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Parna Ubajara já conta 57 anos como área de proteção integral potencializou conflitos para viabilidade da política de conservação. O pouco diálogo com a população, sobre os efeitos favoráveis e importantes da conservação. Com isso, na implantação de uma unidade de conservação deve considerar as características e potencialidades, buscar a população como aliada do projeto de conservação, compreensão e efetivação da política pública para que posteriormente não se efetive um boicote à proposta.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos a Prof^a orientadora Dr^a Isorlanda Caracristi e ao CNPq pela bolsa de mestrado que possibilitou o desenvolvimento da pesquisa que resultou neste artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, J. M.; ARRUDA, D. B. **Prática de sustentabilidade no semiárido nordestino: direito no desenvolvimento econômico sustentável**. Veredas do direito, Belo Horizonte, V. 16, 2011.
- BRANDON, K.; FONSECA, G. A. B. da; RYLANDS, A. B.; SILVA, J. M. C. Conservação brasileira: desafios e oportunidades. Megadiversidade, Belo Horizonte, Embrapa Semiárido (CPATSA). V. 1, n. 1, 2005.
- DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 6ª edição HUCITEC, NUPAUB/USP. 2008.
- HAESBAERT, R. **Da desterritorialização á multiterritorialização**. Anais X Encontro de Geográficos da América Latina, USP. 2005.
- IBIAPINA, I. **Conflito em áreas protegidas na Amazônia: o caso do Parque Estadual Monte Alegre (PA)**, UNB, Brasília, 2012, Dissertação de Mestrado.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Maciel B.A. **Unidade de Conservação no Bioma Caatinga**. In: Uso sustentável e conservação dos recursos florestais da Caatinga. Gariglio. M. A. [et al.], organizadores - Brasília: Serviço Florestal Brasileiro, 2010.
- RATTER, H. Sustentabilidade –uma visão holística- Ponto de vista Point of View. Ambiente & Sociedade, 1999.
- VIVACQUA, M.; VIEIRA, P. F. **Conflitos socioambientais em unidades de Conservação**. Política & Sociedade Nº 7, UFCS. 2005.